

ARTIGOS DOSSIÊ

Gabriel de Souza^I

Dinora Tereza Zucchetti^{II}

Laura Marcela Ribero Rueda^{III}

Avaliação da inserção social de migrantes internacionais na extensão no Sul do Brasil

Social inclusion assessment of international migrants in the extension of Southern Brazil



RESUMO:

Esse artigo aborda as práticas extensionistas no contexto da migração internacional ao longo da última década. Portanto, indaga-se sobre as formas de sociabilidade primária estabelecidas no Brasil por sujeitos migrantes de diferentes nacionalidades, participantes da extensão universitária. Trata-se de um projeto que integra extensão, pesquisa e ensino desenvolvido em uma universidade comunitária da Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A investigação foi realizada junto ao grupo de pesquisa e projeto de extensão Território Nômade: migrações, transições e deslocamentos na fotografia contemporânea. Objetiva-se avaliar a inserção social percebida por um grupo de migrantes internacionais na extensão universitária. Desenvolve-se uma pesquisa de caráter básico e abordagem qualitativa, interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais. Metodologicamente, a investigação foi precedida pela observação-participante durante o desenvolvimento das ações da extensão, em seguida, o grupo de pesquisa realizou entrevistas individuais semi-estruturadas com os migrantes participantes. Entende-se a migração como uma questão social que produz a desintegração de vínculos sociais. Assim, busca-se o entendimento da inserção social atribuída pelos migrantes no processo de chegada nas comunidades locais e no projeto de extensão. Verifica-se que a relação com amigos, colegas de trabalho e participantes da extensão favoreceu a integração social dos migrantes internacionais nos grupos de convivência. Logo, evidenciam-se relações de solidariedade que recuperaram a sociabilidade primária dos migrantes na extensão.



Palavras-chave: Inclusão social; Sociabilidade; Solidariedade; Acolhida



ABSTRACT:

This article discusses extensionist practices in the context of international migration. Therefore, it investigates the forms of primary sociability established in Brazil by migrant people of different nationalities, participating in university extension. This project integrates extension, research, and teaching developed at a community university in the metropolitan region of Porto Alegre, in Rio Grande do Sul. The research was conducted by the group Território Nômade: migration, transition, displacement in contemporary photograph. The objective is to evaluate the social inclusion perceived by a group of international migrants in university extension program. This interdisciplinary investigation in the Humanities and Social Sciences is basic research with a qualitative approach. Methodologically, the investigation was preceded by participant observation during the development of the extension activities. Then, the research group conducted individual semi-structured interviews with the participating migrants. Migration is understood as a social issue that produces the disintegration of social bonds. Thus, the investigation seeks the social insertion attributed by migrants in the process of arrival in local communities and in the extension project. It was found that the relationship with friends, co-workers and the participants in the extension program favored the social integration of international migrants in the social groups. Therefore, relationships of solidarity that recovered the primary sociability of migrants in the extension project were evident.

Keywords: Social inclusion; Sociability; Solidarity; Reception

^I Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale , Novo Hamburgo, RS, Brasil. gsouza1596@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-2203-3351>

^{II} Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora, Universidade Feevale , Novo Hamburgo, RS, Brasil. dinora@feevale.br,  <https://orcid.org/0000-0002-7122-1025>

^{III} Doutora em Artes Visuais pela Universidade de Barcelona; Professora, Universidade Feevale , Novo Hamburgo, RS, Brasil. laurarueda@feevale.br,  <https://orcid.org/0000-0001-5675-7721>

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas e o Governo brasileiro reconhecem a migração como um direito humano (RAMIREZ *et al.*, 2011), mas ainda há um abismo social no acesso e no exercício de direitos sociais de migrantes, em especial no contexto da crise na democracia brasileira. Como destaca Lussi (2015, p. 142) as pessoas “se deslocam, muitas vezes com nenhuma ou escassas possibilidades de não migrar, que é um direito sempre mais afirmado e ainda não garantido”. Essa realidade evidencia a importância de perceber o processo migratório contemporâneo como um fenômeno inscrito e produzido por desigualdades. Diante da fragilização das instituições políticas do Estado Democrático de Direito (SANTOS, 2020), há uma clara demanda social por ações do Estado nas duas primeiras décadas do século XXI, sobretudo nas reivindicações oriundas, entre outros grupos, de migrantes (LUSSI, 2015).

Tal movimento não se limita a uma agenda política eficiente, mas também envolve articulações entre sociedade e Estado, aspectos relevantes para a qualidade da democracia experimentada no Brasil. No cenário de desigualdades sociais e de distribuição historicamente desigual das riquezas (SANTOS, 2020), os serviços públicos para acesso, acolhida e permanência de migrantes no Brasil tornam-se ainda mais urgentes.

Logo, a visibilidade de cidadanias a migrantes se estabelece nas ausentes ou precárias políticas públicas que são estabelecidas no contexto das desigualdades sociais, e complexificam a leitura do fenômeno social da migração contemporânea. Nesse sentido, o desenraizamento dos migrantes nas sociedades de origem (MARTINS, 2002), a suspensão dos direitos humanos e das cidadanias (WERMUTH; SENGER, 2017) e a desfiliação ou integração precária e degradante (CASTEL, 2010) nas comunidades de travessia e destino são características centrais do fenômeno social migratório observado na região.

Considerando a atuação de um projeto de extensão diante desse cenário, objetiva-se avaliar as inserções sociais dos participantes de um projeto de extensão/integrado de uma universidade comunitária. Investiga-se um projeto que atua há quase 10 anos na acolhida e cuidado de pessoas migrantes, dentre as quais destacam-se adultos e jovens. O projeto de extensão Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDUCA DH) integra os eixos da pesquisa e do ensino, portanto é entendido como projeto integrado na área de Direitos Humanos. Trata-se de um projeto em andamento oriundo da Universidade Feevale, instituição comunitária localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no município de Novo Hamburgo.

Metodologicamente, parte-se da observação-participante junto ao grupo de migrantes nas

atividades de extensão como estratégia de convivência e aproximação sistematizada. As atividades extensionistas ocorreram semanalmente durante um ano no período analisado, compostas por aconselhamento psicológico e jurídico, bem como ações pedagógicas orientadas à língua portuguesa, realidade brasileira e criatividade. Na segunda etapa da investigação realizaram-se as entrevistas individuais com parte do grupo de participantes do projeto. A análise de conteúdo orientou a coleta e interpretação dos dados nas entrevistas semiestruturadas. Trata-se de um empreendimento realizado pelos integrantes do grupo de pesquisa e extensão Território Nômade: migrações, transições e deslocamentos na fotografia contemporânea, que tem caráter interdisciplinar e atua associado ao projeto integrado CEDUCA DH.

Inicialmente estrutura-se a apresentação o percurso metodológico realizado para o desenvolvimento da investigação. Em seguida, realiza-se a discussão em torno da migração como uma questão social, evidenciando o enfoque das sociabilidades primárias desestabilizadas no contexto do deslocamento. Finalmente, incorpora-se o conteúdo das entrevistas semiestruturadas, a análise e a discussão dos resultados acerca da inserção social dos migrantes no contexto local.

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar que intersecciona conhecimentos das áreas da Sociologia, Antropologia e Relações Internacionais. Nesse sentido, a interconexão com diferentes disciplinas torna-se uma opção para o enfrentamento da fragmentação e da especialização na produção científica (VASCONCELOS, 2002). Vale recuperar que, para Frigotto (2008, p. 48) a interdisciplinaridade marca que “o conhecimento humano sempre será relativo, parcial, incompleto. Daí a relevância de se buscar esclarecer, revelar, expor não toda a realidade de um fato, mas sim as suas determinações e mediações fundamentais”. Em síntese, a propositiva reforça a abordagem das dimensões de complexidade e complementaridade, pautadas também pela pesquisa interdisciplinar.

A pesquisa tem natureza básica e abordagem qualitativa, pois se orienta pelos sentidos constituídos por meio de relações, processos e fenômenos sociais (MINAYO, 2002). Conforme Minayo (2002), a pesquisa social se ocupa da explicação da realidade humana e da compreensão das relações sociais, por isso os sentidos desempenham a função de orientar os demais elementos da pesquisa. Além disso, quanto aos objetivos, a investigação é de ordem exploratória, uma vez que, além de indicar um panorama sobre a problemática, aproxima-se de um fenômeno social (GIL, 2008).

O empreendimento de investigação foi constituído em três etapas, a saber: levantamento bibliográfico e documental, observação-participante no contexto do projeto de extensão e entrevistas semiestruturadas. Implica-se na revisão narrativa da literatura acerca do projeto integrado CEDUCA DH.

Na composição do levantamento documental identificaram-se dados sociodemográficos relativos à migração internacional no Rio Grande do Sul, estado em que se localiza o município de Novo Hamburgo. Em seguida, mapeia-se o perfil dos grupos migrantes no período entre 2018 e 2022, segundo documentos oficiais elaborados pela Organização Internacional para Migrações (OIM) – autarquia da Organização das Nações Unidas (ONU) – e pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do estado do Rio Grande do Sul.

Com interesse na sistematização da experiência acumulada pelos pesquisadores extensionistas no projeto, recorre-se a observação-participante, do campo da antropologia. Sendo assim, o pesquisador “estabelece uma relação de interação direta frente a frente com os observados, oferece a possibilidade de que um lado receba influências do outro, é uma forma consciente de observação na qual permite ao investigador participar e compartilhar das atividades do grupo [...]” (GONÇALVES, 2023, p. 114). Esse método de pesquisa permite aprofundar a interpretação dos

sentidos apontados pelos participantes do projeto integrado.

Opta-se pela entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Essa modalidade de entrevista contribui para o diálogo aberto entre informante e pesquisador, permite a reconstrução das experiências passadas, bem como favorece a caracterização do fenômeno social (AMADO; FERREIRA, 2014). As entrevistas individuais foram realizadas e transcritas em 2018 pelos pesquisadores do grupo Território Nômade em parceria com o projeto extensionista CEDUCA DH. Nesse período, a escuta nas entrevistas buscava aproximar migrantes para a produção de uma exposição fotográfica sobre as conexões com migrantes na comunidade regional.

O critério de inclusão dos entrevistados considerou participantes do projeto integrado, migrantes internacionais falantes da língua portuguesa e vinculados com os extensionistas e pesquisadores do projeto. Foram entrevistadas seis pessoas, configurando uma amostra não-probabilística por interesse na escolha. Outros critérios adicionais para seleção dos entrevistados foram a atuação frequente do participante nas atividades extensionistas, bem como o aceite para registro do conteúdo. O aceite foi declarado pelos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto em questão desenvolvido pelo grupo foi iniciado como ativida-

de da extensão e renovado como projeto de pesquisa, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em 2021.

Para compreensão dos dados coletados nas entrevistas utiliza-se a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A técnica orienta a hermenêutica da inferência, segundo Bardin (1977). Ao analisar o material interessa a produção de códigos com base na ocorrência e frequência das unidades de registro relacionadas às inserções sociais e seus respectivos contextos. Após o primeiro procedimento realiza-se a categorização de temas análogos e distintos (BARDIN, 1977).

Diante do exposto até aqui, a próxima seção do artigo trata dos processos sociais que envolvem o estado, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e o município - sede da universidade - em relação à migração. Igualmente, apresenta-se o projeto integrado em questão, Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDUCA DH).

CONTEXTO REGIONAL E O PROJETO DE INTEGRADO: MIGRAÇÃO, COMUNIDADE E EXTENSÃO

O processo brasileiro de institucionalização e de capilarização das políticas públicas para migrantes tem se desenvolvido desde o início dos anos 2000, porém ainda há um percurso intrincado

no que diz respeito ao acolhimento, a permanência, o cuidado e a inclusão social. Nesse contexto, não basta reconhecer o estrangeiro, mas é preciso afetar-se com o migrante, por meio da hospitalidade que “implica dizer que há uma consciência inquieta diante da fragilidade ou da precariedade de uma parte não-integrável do estrangeiro” (FABRI, 2013, p. 115).

Dessa forma, diferentes atores se envolvem no processo, como movimentos da sociedade civil organizada, comunidades, universidades e associações de migrantes (MARTINS; MELLO; CARDOSO, 2023). Esses grupos têm organizado e pautado a questão da migração em processos decisórios contemporâneos. O cenário da mobilidade humana mudou drasticamente, conforme Martins, Mello e Cardoso (2023, p. 294), que trabalharam diretamente no processo de acolhida à estrangeiros,

A partir do ano de 2010, o mundo viveu um grande movimento migratório, especificamente a partir do continente africano, do Oriente Médio e da América Central/Caribe. Nesse movimento, os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) receberam migrantes de origens diversas, principalmente haitianos, senegaleses e venezuelanos.

Vale destacar que, em 2012, o estado do Rio Grande do Sul criou o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (COMIRAT – RS) consolidando a atua-

ção das organizações da sociedade civil e da unidade federativa (MARTINS *et al.*, 2023). Para os autores, houve um processo de atração em virtude do crescimento econômico do setor da construção civil no Brasil (MARTINS *et al.*, 2023). Nesse contexto, migrantes africanos foram atraídos como mão de obra em grandes obras públicas de infraestrutura entre 2008 e 2015 (MARTINS *et al.*, 2023). Os autores ainda apontam que, após 2013, houve um incremento na mobilidade Latino América-Brasil, em especial pela crise social e pelas políticas de países como Haiti e Venezuela.

Desde 2015, a Universidade Feevale é parceira da Coordenadoria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial do município (COMPPIR) diante das necessidades da Prefeitura Municipal em acolher um grupo expressivo de jovens senegaleses oriundos de Caxias do Sul/RS (MARTINS *et al.*, 2023). O projeto de extensão O Mundo em NH foi iniciado em 2016, liderado pela professora Ma. Márcia Blanco Cardoso, com o objetivo de acolher e colaborar com a inserção social de migrantes e de refugiados, bem como qualificar agentes públicos e privados com foco nos Direitos Humanos (MARTINS *et al.*, 2023).

O projeto de extensão nasceu após um contexto de intenso acirramento e precarização de movimentos migratórios e deslocamentos de pessoas em situação de refúgio em 2016, no Brasil e no mundo – orientando-se pelas deliberativas da

Declaração dos Direitos Humanos e do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para refugiados (MELLO, 2020) – para o acolhimento e inserção social das pessoas em deslocamento.

Segundo Martins *et al.* (2023), após 2018, se consolidou a entrada de venezuelanos no país por meio da Operação Acolhida, liderada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Atualmente, as pessoas que nasceram na Venezuela constituem o maior grupo de migrantes no Brasil e, assim, como os demais estrangeiros, se deslocam em busca de segurança, de abrigo e de trabalho (MARTINS *et al.*, 2023).

A questão da migração se faz mais cara no Rio Grande do Sul – que ocupou a quarta posição em fevereiro de 2022 no que se refere ao estado com maior ocupação de migrantes (RIO GRANDE DO SUL, 2022). Trata-se de mais de 90.000 pessoas com cadastro ativo no Sistema de Registro Nacional Migratório no estado e, segundo os dados da Secretaria de Planejamento (2022), as três maiores populações são oriundas do Uruguai, do Haiti e da Venezuela. É importante ressaltar, assim, que os dois últimos grupos citados apresentaram alta mobilidade nos últimos anos (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Na perspectiva de gênero, mais de 50% são homens, com variações percentuais entre nacionalidades, segundo o relatório da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do estado do Rio

Grande do Sul (2022). Entre migrantes, verifica-se que as populações de adolescentes de até 15 anos atingiram quase 30% do contingente, entre 2018 e 2022, quando se trata dos venezuelanos, e pouco mais de 10% em relação aos haitianos (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Há diferentes contextos locais no estado do Rio Grande do Sul que apresentam características particulares nos processos migratórios. Segundo Martins *et al.* (2023), os dados coletados pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio dos Sinos identificaram 5 mil estrangeiros, dos quais venezuelanos representam mais de 3/5 da população migrante na região. No projeto de interiorização de venezuelanos, os municípios de Esteio e Canoas foram os primeiros a acolher venezuelanos (MARTINS *et al.*, 2023).

O município de Novo Hamburgo foi um dos governos locais certificados pelo MigraCidades e, entre 2000 e 2020, acolheu 1.281 migrantes internacionais que obtiveram o Registro Nacional Migratório no município, como consta no Relatório de Diagnóstico de Novo Hamburgo (MIGRACIDADES, 2020). Mais de 120 participantes estiveram conectados aos projetos 2016 e 2023, que já atenderam pessoas de países como Haiti, Senegal, Venezuela, Filipinas, Suécia entre outros (MARTINS *et al.*, 2023). Para Martins *et al.* (2023, p. 300),

existem muitas outras [nacionalidades] que não enxergamos, seja porque estão há décadas na região, como palestinos, seja porque são em pequeno número, como colombianos, guineenses, turcos, enfim, uma infinidade de línguas e culturas que criam uma pequena Babel na nossa região.

Além disso, no período entre 2018 e 2023, o movimento migratório de 107 mil venezuelanos ingressou no país, dos quais 22 mil foram recebidos no Rio Grande do Sul por meio da estratégia federal de interiorização, e 421 pessoas migrantes foram admitidas no município de Novo Hamburgo (ACI, 2023). A maioria representativa dessa população é de homens, somando 59%, e os números totais registram maior parte da parcela de registros de pessoas entre 30 e 44 anos, que correspondem a 42% dos números totais (MIGRACIDADES, 2021). Conforme o Relatório (MIGRACIDADES, 2021), a segunda parcela corresponde a 26%, e trata de jovens entre 15 e 29 anos. Finalmente, verifica-se que o perfil das pessoas que migram a Novo Hamburgo se assemelha aos dados coletados em nível estadual.

Diante dessa realidade local, houve uma mobilização institucional de uma universidade comunitária para atuar junto à população migrante na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Em razão de sua inserção comunitária e proximidade com o terceiro setor, entende-se que uma instituição de ensino superior comunitária e regional, “pertence a uma comunidade; sua missão somente se realiza na interação com a comunidade; é

dirigida por representantes dessa comunidade; é mantida por uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos; executa um serviço público não estatal” (SCHMIDT, 2018, p. 44).

O Mundo em NH consolidou-se como projeto especializado na acolhida e no atendimento jurídico e psicológico, bem como no ensino de língua portuguesa, realidade brasileira e criatividade de (MARTINS *et al.*, 2023). Com o fim do prazo de execução dele, em 2021, o projeto integrado Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDUCA DH) sucedeu e ampliou as ações do projeto anterior. As ações encaminhadas dão atenção à

diminuição da xenofobia e da violência [que] sempre estiveram em pauta. [...] as atividades do projeto centraram-se em oficinas semanais, atendimento psicossocial e jurídico para os refugiados e migrantes que residem na RMPA, mais especificamente em Novo Hamburgo e São Leopoldo (MARTINS *et al.*, 2023, p. 301).

O projeto integrado se orienta pela interculturalidade, “diversidade e acolhimento cotidianamente, no fazer extensionista, no pensar acadêmico e sobretudo no processo de aprender ‘sobre’ e com o ‘outro’” (CARDOSO *et al.*, 2023, p. 70). Segundo Martins *et al.* (2023), na observação junto aos participantes do projeto de extensão e integrado, a vinda para o Brasil significava a possibilidade de qualificar as materialidades da vida. Porém, na RMPA, ainda existem muitas barreiras sociais, comunicacionais, laborais, econômicas, discriminatórias e tantas outras (MARTINS *et al.*, 2023).

Na mesma direção, Martins (2002, p. 130) questiona a valorização e o acesso de alguns grupos sociais ao ter em vista “a desigualdade que há entre os plenamente incluídos [...] em relação àqueles cuja inclusão se situa à margem dessa mesma sociedade, submetidos a permanentes insuficiências, carências e privações não só materiais”. Segundo Martins (2002), os migrantes são socialmente integrados de maneira degradante, isto é, experimentam o desenraizamento pois são cortados de suas relações sociais cotidianas, tornando-se, quando possível, trabalhadores precários. Nesse sentido, conforme Martins (2002), a produção e a reprodução do sistema capitalista incluem de forma marginal e residual os migrantes.

A MIGRAÇÃO COMO QUESTÃO SOCIAL: UM PROCESSO DE DESFILIAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A partir do que foi exposto discute-se os processos migratórios desde as relações sociais com base em nos estudos sociológicos de Martins e Castel. Parte-se da compreensão de Martins (2002), interessada em centralizar o deslocamento social e as desigualdades sociais em interface com as múltiplas relações em relação à mobilidade internacional. A precarização do migrante é sinteti-

zada em formas de sobrevivência baseadas na exploração e na dominação como condições desiguais da estrutura social (MARTINS, 2002).

Já que para o sociólogo francês discutir a exclusão social é uma armadilha, Castel (2010) indica que se interessa pela questão social. Segundo o autor, trata-se de

uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade [...] para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (CASTEL, 2010, p. 30).

Nesse sentido, a questão social implicada é a migração. Pode-se entender que a questão social está imbricada em uma encruzilhada, condicionada pela fratura entre trabalho e propriedade (CASTEL, 2010), problemática para além de complexa, colocada nas relações sociais dentro do capitalismo. No contexto contemporâneo, mesmo que nas periferias, experimentando a marginalização, não se trata de habitar um espaço fora, mas sim de incorporar a vulnerabilidade como uma condição aderente ao capitalismo (MARTINS, 1997).

Por isso, em conformidade com Castel (2010), faz pouco sentido falar em exclusão, já que esse conceito descaracteriza uma noção analítica e traz um caráter de imobilidade: “Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa falta, sem dizer no

que ela consiste nem de onde provém” (CASTEL, 2013, p. 31). Assim, vale-se da dissociação, da invalidação ou da desqualificação das relações em sociologia política, ou seja, da desfiliação e das zonas de vulnerabilidade, capaz de sustentar as constituições móveis das realidades sócio-históricas (CASTEL, 2010).

Da mesma forma, Martins concorda que a exclusão não dá conta da explicação da realidade, uma vez que “de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. [...] A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (MARTINS, 2002, p. 32). A partir de Martins (2002) verifica-se que é nesse contexto que o migrante, enquanto sujeito social incorre.

Assim, segundo Castel (2010), a desfiliação se dá na desconexão com duas linhas fundamentais: a ruptura das relações de trabalho e a descontinuidade de relações de sociabilidade. O autor entende que o trabalho é uma forma de conexão com o ordenamento social, na qual há

uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que “cobrem” um indivíduo diante dos acasos da existência. Donde a possibilidade de construir o que chamarei, metaforicamente, de “zonas” de coesão social. Assim, a associação trabalho estável - inserção relacional sólida caracteriza uma área de integração. Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional

conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão, ou melhor, [...] a desfiliação. A vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade (CASTEL, 2010, p. 24).

Tomamos a perspectiva do autor baseada na degradação das condições de trabalho, na redução das oportunidades de emprego, na desvalorização da força de trabalho, no aumento da exploração dos trabalhadores, na desestabilização da condição salarial e na fragilização das proteções ligadas ao trabalho como características fundamentais e contemporâneas para compreender a precarização das relações de trabalho (CASTEL, 2013). Tal perspectiva permite a interpretação do contexto social no qual se desenvolvem os processos migratórios contemporâneos.

Além disso, há processos correlatos encaminhados das práticas da urbanização e de industrialização que fragilizaram sociabilidades e promoveram a socialização da concorrência em oposição à solidariedade, produtora de isolamento e privação da e na vida comunitária (CASTEL, 2013). O autor sinaliza o duplo desligamento, ou seja, a desfiliação que se processa nas relações do sujeito quando não há mais trabalho assalariado e rompimento dos laços sociais (CASTEL, 2013). Trata-se de dois aspectos decisivos nos grupos migrantes, uma vez que mobilizam e condicionam a migração como um modo de estar no mundo.

Martins (2002) provoca a revisitar os processos de inclusão social a fim de pensá-los também a partir da lógica de exclusão-inclusão, em especial para pensar o migrante em um cenário contemporâneo transnacional. Nesse contexto,

É difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios se acumulam longe da massa da população. [...] [desenvolvimento que] exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza (MARTINS, 2002, p. 9).

Dessa forma, a sociedade organizada pela lógica do capitalismo promove exclusão na mesma medida que inclusão e integração, já que “cria formas também desumanas de participação na medida que delas faz condição de privilégios e não de direitos” (MARTINS, 2002, p. 11). Para Martins (2002), os migrantes costumam experimentar uma vida afastada da cidadania que é precarizada pelo capital na ausência emprego.

A partir de Martins (2001, p. 24), entende-se que: “Com base no trabalho desterritorializado vai se constituindo a categoria do não-cidadão, pois cidadão é uma categoria territorial. O cidadão de um país, quando emigra, não leva consigo a sua cidadania, quando muito leva resquícios dela”. Ou seja, a extrapolação para a situação da migração internacional permite vislumbrar a inserção social pelo estabelecimento de cidadanias precárias e direitos sociais desterritorializados. Além disso,

segundo Castel (2010, p. 21), a crise da sociedade salarial se processa em um contexto no qual

o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supra-numericos, "inempregáveis", inempregados ou empregados de um modo precário [...].

Trata-se, em último caso de cidadanias precárias para os migrantes internacionais. Por isso, Martins (2002, p. 16) denuncia, que diferentemente das sociedades estamentais, nas quais era inexistente a mobilidade, no capitalismo contemporâneo, "Pessoas situacionalmente pertencentes à mesma classe social, [...] podem estar integradas ou não nos mecanismos reprodutivos das relações sociais, mediados pelo princípio da igualdade jurídica e formal". A promessa de ascensão social esconde as contradições da lógica capitalista (MARTINS, 2002, p. 21) e dá lugar a "uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras".

Martins (2002, p. 42) entende que a ordem capitalista preconiza o lucro em detrimento do humano e que "há níveis de desumanização e distintas qualidades e modos sociais de expressar e vivenciar a desumanização numa sociedade em que as relações sociais foram coisificadas pela mediação das coisas, do dinheiro e da mercadoria".

Enquanto Castel (2010) defende a existência da zona de desfiliação, vulnerabilidade, assistência e integração; zonas na estrutura da sociedade salarial são fronteiras móveis que dão espaço a dinâmica da descontinuidade e instabilidade constante. Em condição de alto risco social, encontram-se os sujeitos nas zonas de desfiliação e vulnerabilidade (CASTEL, 2010). Sendo os grupos migrantes, viventes nesse tecido social instável e relegados à desintegração das relações laborais e sociais.

Vale mencionar as consequências e os efeitos da inclusão e exclusão nas inserções sociais. Já que a constituição de uma sociedade salarial baseia-se na venda do trabalho - na mão de obra como mercadoria -, igualmente, pelas novas solidariedades urbanas e pelos direitos do trabalho com previsão de um estado democrático industrial-burguês, que provê serviços sociais na forma de proteção social (CASTEL, 2010).

Então, a proteção social opera como "políticas de discriminação positiva [...] [para] compensar as desvantagens sofridas [...] de acesso ao trabalho, à moradia, à educação, à cultura, etc." (CASTEL, 2013, p. 56). Assim, a constituição do assalariamento nas sociedades industriais permite a conformação de novas complexidades na relação com o trabalho e o salário que "deixa de ser uma retribuição pontual de uma tarefa. [já que] Assegura direitos, dá acesso a subvenções

extratrabalho (doenças, acidentes, aposentadoria) e permite uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação, instrução e até mesmo [...] lazer” (CASTEL, 2010, p. 416).

O instável processo de inserção social desses grupos se evidencia por uma “integração na subordinação” (CASTEL, 2010, p. 416), uma vez que não representa uma progressão regular e ascendente nas dinâmicas de acumulação de capital, de mobilidade social, de criação de garantias sociais, como direito à seguridade e à proteção social. Castel (2010) aponta que a sociedade salarial possibilitou à parcela trabalhadora acesso aos bens comuns estabelecidos no estado de bem-estar social, na França da década de 1940, como participantes coletivos de serviços públicos.

No entanto, a sociedade do salário continua hierarquizada e exploradora, já que permanece injusta e desigual, em especial quando se encontra em situação decadente, com a dissolução do estado de bem-estar social (MARTINS, 2002), tal como:

No raiar do século XX, a solidariedade deveria tornar-se um assumir-se voluntário da sociedade e o Estado Social, fazer-se seu fiador. Na aurora do século XXI, quando as regulações implantadas no contexto da sociedade industrial estão, por sua vez, profundamente abaladas, é o mesmo contrato social que, sem dúvida, deve ser redefinido a novas expensas. Pacto de solidariedade, pacto de trabalho, pacto de cidadania: pensar as condições da inclusão de

todos para que possam comerciar juntos, como se dizia na época do Iluminismo, isto é, “fazer sociedade” (CASTEL, 2010, p. 35).

A crise da sociedade salarial se impõe com a estratificação e com a imobilidade social, ou, ainda, com movimentos descendentes. Assim, os outros trabalhadores estáveis passam a ser desestabilizados (CASTEL, 2010). Nas palavras do autor, a movimentação entre as diferentes zonas “uma desestabilização dos estáveis, dos trabalhadores qualificados que se tornam precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados. É do centro que parte a onda de choque que atravessa a estrutura social” (CASTEL, 2010, p. 569).

Entende-se que o rompimento dos laços sociais primários no contexto social de migrantes internacionais em Novo Hamburgo e a ausência de condições materiais mínimas - como trabalho, moradia e alimentação -, incorrem em um “duplo desligamento [que] manifesta-se, em relação à integração pelo trabalho e em relação à inserção relacional”, conforme indica Castel (1997). Com o encerramento da convivência e da solidariedade (CASTEL, 1997), não há lastro nas instituições do Estado para recuperar a desfiliação dupla (COSTA; IANNI, 2018).

No entanto, observa-se que as relações entre migrantes e a população que os acolhe opera, de forma especial nos pontos em que as políticas públicas não tocam, no tensionamento de uma vida digna através da solidariedade. Por isso, entende-se a percepção dos migrantes usuários do projeto de extensão como parte central na avaliação da inserção relacional estabelecida na comunidade e no projeto integrado.

A INSERÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES NA COMUNIDADE DE ACOLHIDA E NO PROJETO DE EXTENSÃO

Sendo a Região Metropolitana de Porto Alegre privilegiou historicamente a imagem do trabalho dos imigrantes europeus, no entanto os migrantes internacionais contemporâneos experimentaram, em variados níveis, a xenofobia e o racismo institucional e velado (OBSERVASINOS, 2017). Os primeiros migrantes internacionais contemporâneos, grupo constituído por maioria de homens negros jovens e adultos, foi estigmatizado pelos marcadores sociais da diferença de etnia, língua, gênero e religiosidade; de tal forma que sofreram com a precarização do trabalho através do desemprego e subemprego, enfrentaram as barreiras culturais e da língua portuguesa impostas aos falantes bilíngues (OBSERVASINOS, 2017).

Vivem na pele de quem é outro por estar migrante, imaginados desde modalidades fixas e rasas referenciadas na desumanização (RIBERO RUEDA; SOUZA; BECKER, 2020). Tais fatos sociais estruturais marcam a integração subordinada, como diz Castel (2010), ou ainda a desintegração dos laços relacionais estabelecidos. No entanto, simultaneamente, há relações sociais que passam a se constituir, tal qual indicam as vozes dos migrantes participantes.

Considera-se a constituição da inserção social como central nessa investigação, sendo atribuído um papel fundamental as sociabilidades comunitárias e grupais – respectivamente, externos e internos em relação ao projeto de extensão. A frequência do tópico de sociabilidade nas entrevistas concedidas é resultado do questionamento por parte dos pesquisadores, portanto, interessa o entendimento correlacionado a caracterização específica de relação em comparação aos migrantes internacionais entrevistados.

Sendo assim, ocorreram oficinas semanais no projeto CEDUCA DH, e o processo de convivência tornou-se significativo para os bolsistas, pesquisadores e participantes. O primeiro contato entre o grupo de migrantes e o grupo de pesquisadores ocorreu em agosto 2018 e foi mediada por interlocutores do projeto – bolsistas da extensão – e por sujeitos interlocutores entre os participantes.

Vale mencionar que o grupo de migrantes é constituído por mulheres e homens de diversas regiões do globo, em sua maioria da América Central e África, sendo que há sujeitos da Europa e Ásia. Haiti, Palestina, Senegal e Argentina são os países de nascimento dos entrevistados. No entanto, são jovens e adultos oriundos de diferentes realidades socioeconômicas e de grupos étnico-raciais diversos entre si. Nesse período, destaca-se como movimento migratório ativo de haitianos no projeto. Os migrantes participam do projeto integrado de forma voluntária, conforme seu interesse nas atividades oferecidas semanalmente.

Em seguida, apresenta-se a análise de conteúdo com foco no levantamento da ocorrência do aspecto relacionado à vinculação e frequência dos temas nas entrevistas. Considera-se, mediante à entrevista semiestruturada que a temática dos laços sociais primários foi induzida para produção da avaliação, no entanto os temas levantados e grupos ou sujeitos mencionados foram elencados pelos migrantes. A saturação dos dados foi corroborada a partir da pergunta sobre os vínculos estabelecidos no Brasil, nos quais os entrevistados mencionaram o projeto de extensão em primeira ou segunda posição quanto a relevância das relações sociais.

Dito isso, salienta-se que entrevistados tiveram seus nomes anonimizados como medida ética e identificados por participante e a letra ini-

cial de seus nomes. Em síntese, na análise destaca-se a trajetória migratória dos participantes e retoma-se o objetivo da pesquisa de avaliar a inserção social percebida por um grupo de migrantes internacionais participantes de um projeto de extensão/integrado de uma universidade comunitária.

Em entrevista, a participante N. relata que veio para o Brasil pois tem familiares que residem na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Enquanto os primeiros parentes chegados vieram em função do trabalho, ela veio da Palestina. A entrevistada descreveu que a cidadania era restritiva de muitas formas na região, seja em função dos conflitos internacionais ou mesmo pela formação interna do governo (PARTICIPANTE N., 2018). Chegou em 2002 no Brasil, e nesse primeiro ano a desfiliação ficou clara, conforme relato da participante N. (2018) estava “Sem língua, sem família, sem amigos”. Mesmo que seu esposo já estivesse no Brasil, ela junto dos filhos deixou a convivência com a família estendida – a ruptura da inserção social, da convivência com irmã, sobrinhas e cunhadas foi destacada pela participante N.

A ausência dos laços sociais tornou-se algo relevante também na rede de cuidado para com os filhos. Para a participante N. uma vizinha facilitou a conexão dela com o Brasil e os brasileiros, a partir da criação de vínculo com sua vizinha passou a conhecer outras pessoas da localidade em que

morava. Tal percepção aproxima-se do que apontou Barlett *et al.* (2015, p. 1157) acerca da construção de sociabilidades já que “parentesco, amizade e apadrinhamento, serve[m] como um recurso que possibilita que os indivíduos participem de novas redes [...] que podem permitir que os indivíduos expandam seus sistemas de apoio e consigam acesso a serviços sociais limitados”.

A vizinha tornou-se alguém com um laço social resiliente e passou a conviver também com a família da entrevistada. O nível de inserção da participante N. qualificou a experiência dela no seu parto, já que outras pessoas no círculo relacional da vizinha e dela, por extensão, foram solidárias diante do nascimento. Foi, igualmente, a vizinha quem colaborou como rede de cuidado da participante N. e de seu filho, exercendo um papel outrora desempenhado pela família estendida (PARTICIPANTE N., 2018). Dessa forma, a posição ativa do migrante é ratificada, porque lançam mão de recursos para proteção social dentro e fora do país de origem, como: acesso ao terceiro setor, escolarização, obtenção e envio de dinheiro; redes sociais baseadas em gênero, raça-etnia e religiosidade, entre outros (SPERONI, 2018).

Além disso, as atividades semanais do projeto integrado contribuíram para a inserção social estabelecida entre os bolsistas, pesquisadores e participantes. A Participante N. (2018) destacou as propostas pedagógicas de Português como língua

de acolhimento e disse: “Eu sinto em casa mesmo aqui! Tão familiar!”. Nesse sentido, outros participantes destacam que a inserção social foi facilitada pelo idioma. Trata-se, portanto, da reorganização da rede de sociabilidade primária dos migrantes internacionais, que é reafirmada na sociologia de Castel como “uma rede de relações sociais, responsável pelo suporte e solidariedade (família, amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc.) que não se fundamenta nas instituições formais do Estado” (COSTA; IANNI, 2018, p. 80).

Outro entrevistado foi o participante J., vindo do Haiti. Ele destaca que após um ano de sua chegada no Brasil, que o francês se constituiu como possibilidade de integração no projeto. O contato do participante J. no projeto permitiu a aproximação com o bolsista que se comunicava em seu idioma e a formação de laços de solidariedade (PARTICIPANTE J., 2018). Esse registro reforça a ação do projeto integrado com interesse na acolhida dos migrantes internacionais, junto aos demais serviços prestados.

O participante M. chegou no Brasil em 2014. Quando jovem no Senegal, migrar para outro país representava uma escolha relacionada ao mundo do trabalho, mas igualmente um desejo (Participante M., 2018). Em seu relato o participante M. destaca que passou por diferentes países antes de chegar ao Brasil. Vale mencionar que, segundo García (2011), o cenário empírico e contem-

porâneo da mobilidade sinaliza a pluralidade e a dinâmica contínua de migração em comunidades, em territórios, em regiões e em países, o que torna mais difícil inscrever trânsito e destino como caracterizações permanentes dos migrantes.

O desejo de viver fora do país de origem é explicado pelo participante M. em função de familiares e amigos viverem como migrantes. Por meio de uma rede de pessoas a migração se tornou possível para ele, já que buscou por laços sociais progressos para alavancar sua mobilidade. Esse contexto recebe contraste já que é confrontado pelo preconceito e pelo estigma de ser africano na sociedade de acolhida (PARTICIPANTE M., 2018). Diante da violência estrutural, o participante M. declara que não deseja caridade e celebra a reciprocidade que estabeleceu com bolsistas do projeto e a possibilidade de inserção social restabelecida na forma de amizade.

O destaque da inserção relacional que atravessa o projeto de extensão e perpassa a vida comunitária reforça a dimensão da solidariedade indicada pelo participante M. (2018). Tanto o participante M., muito ativo e participativo no projeto e na entrevista, quanto o participante J., menos engajado no processo de entrevista destacam que o projeto CEDUCA DH motiva a formação de uma comunidade que supera a convivência semanal na atividade extensionista. Ambos destacam que os aspectos culturais, a língua e a ancestralidade res-

pectivamente, são aspectos que operam em contextos de precarização na vida na cidade, porém, trata-se de condições centrais à inserção social no interior do projeto de extensão e ensino.

O participante E. nasceu no Haiti e chegou ao Brasil em 2015. Após o contexto de crise no país, o trabalho e os estudos motivaram a migração que foi facilitada pela embaixada do Brasil, segundo o participante E. Conhecia um amigo haitiano que havia migrado e passou a residir com ele. Pouco tempo depois de sua chegada conseguiu um emprego em Porto Alegre, porém, semelhante ao que relatou o participante M., ele percebeu que havia preconceito racial (PARTICIPANTE E., 2018).

Com base no exposto até aqui, compreende-se que o processo da migração transnacional expressa uma complexa dialética de inclusão e exclusão, que se expressa pela dinâmica de aproximação e afastamento da vulnerabilidade, pela relação com valores de grupos sociais, bem como, pela qualidade das sociabilidades (COSTA; IANNI, 2018). Assim, a desfiliação mencionada por Castel (1997) é um fator primordialmente relacional e, portanto, precariza as relações sociais primárias e a dinâmica de inserção. No entanto, o participante E. já estabeleceu uma rede ampliada de laços sociais no Brasil, entre migrantes e não-migrantes, e esse fato é reconhecido por outros entrevistados, como a participante Je. (2018).

Então, o duplo desligamento é dinâmica-

mente substituído dinamicamente por uma oportunidade de trabalho arranjada por um amigo haitiano na RMPA, que abriria espaço para a posterior construção da inserção relacional. Segundo o participante E. (2018), ele passou a compartilhar atividades de lazer com um de seus colegas que passou a ser seu amigo. Mesmo que no contexto de uma integração laboral precária (MARTINS, 2002), já que o participante E. havia concluído o Ensino Superior no Haiti, sua posição permitiu a retomada dos laços e estabelecimento de novas redes sociais na comunidade local.

A participante Ma. chegou ao Brasil em 2003, relata que o processo de migração da Argentina foi significativo considerando o país e a língua. Assim como o participante E., por meio da atividade laboral ela ancorou sua rede social (PARTICIPANTE MA., 2018). No entanto, a fala da participante Ma. desafia a manutenção prolongada de laços sociais, já que a vizinha se tornou colega no trabalho depois de um período de mais sete anos (PARTICIPANTE MA., 2018). Esse reencontro é muito celebrado pela participante Ma., tal é a relação de confiança.

A entrevista com a participante Ma. sugere que – semelhante aos primeiros contatos no país-destino, seja entre migrantes ou brasileiros – a inserção relacional tem impacto na trajetória futura na comunidade local ou regional, isto é, no mesmo território ou em outros municípios. Compara-se,

então, as relações sociais mencionadas pela participante N., que busca permanecer próxima à comunidade que estabeleceu, e, quando se muda para o município vizinho, não perde contato com quem a acolheu.

Para a participante Je. o deslocamento entre Haiti-Brasil foi motivado pelos estudos e trabalho. Conforme a participante Je., a professora que lidera o projeto de extensão é uma referência em sua trajetória em razão da acolhida e da inserção social que se estende como solidariedade comunitária. Segundo ela, o contato no projeto ampliou a convivência com outros migrantes e facilitou a relação com os brasileiros nos contextos: religiosos, laborais e escolares (PARTICIPANTE JE., 2018). A participante Je. e o participante E. vivem em uma comunidade local que, segundo ambos, os acolheu, e a religiosidade foi um aspecto que qualificou a inserção social no Brasil. A partilha do mesmo sistema de crenças aproximou a sociabilidade primária e constituiu relações de solidariedade.

Na entrevista com a participante Je. percebe-se que o projeto de extensão é uma comunidade, um local de acolhida para, não somente aprender a língua, mas conviver. O projeto CEDUCA DH é o local que ela frequenta, além do trabalho, e se integra (PARTICIPANTE JE., 2018). O migrante internacional, em comparação à sociedade-destino, encontra-se inicialmente em situação de vulnerabilidade, uma vez que “está inserido na dimensão

da precarização da sociabilidade primária. Trata-se dos que não possuem suporte social e relações que o façam sentir-se parte integrante” (COSTA; IANNI, 2018, p. 99).

Ao analisar as pessoas mencionadas pelos migrantes internacionais verificam-se a ocorrência de duas redes de sociabilidade primária: vizinhos e colegas de trabalho. Sendo assim, a inserção relacional produzida entre migrantes internacionais e comunidade local favorece a percepção da integração social. Entende-se, pelos resultados, que a solidariedade é uma dimensão fundamental da relação que se estabelece no processo de acolhida dos migrantes internacionais, seja na expressão simbólica - pelo reconhecimento - ou material - pelo acesso ao cuidado. Compreende-se que o projeto segue necessário e pode ser ampliado para acolher os migrantes internacionais, na mesma medida em que políticas públicas sociais são imprescindíveis à população em nível regional e local.

O tempo é um fator determinante no processo de inserção relacional após o deslocamento, segundo uma parcela dos entrevistados o projeto integrado contribuiu para qualificação de inserção e ampliação das redes sociais. Além disso, verificou-se que com a retomada das sociabilidades primárias na comunidade de chegada, o processo de formação de redes sociais é estimulado, favorecendo a integração social dos migrantes internacionais.

Tal processo se estende às atividades extensionistas no projeto CEDUCA DH, considerando que o projeto reestabelece laços sociais primários em suas ações semanais e possibilita a ampliação desses na vida comunitária ampliada.

No entanto, contrário ao que apresentam Costa e Ianni (2018) acerca da sociabilidade primária, no contexto do projeto e da comunidade, os migrantes criam e preservam relações de solidariedade e amizade. Nesse cenário, os laços afetivos superam as relações de troca ou interesse, visto que o projeto oferece suporte à convivência em encontros e atividades culturais dentro e fora da universidade. Portanto, avalia-se que a inserção social dos migrantes internacionais na extensão universitária colabora para o fortalecimento entre grupos locais e o desenvolvimento de uma instituição de ensino superior comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do ObservaSinos (2017) relativos à violência, precarização e barreiras sociais foram ratificados pelos participantes em suas entrevistas, e representam impacto relevante no estabelecimento e na manutenção de inserções sociais com a comunidade regional. No entanto, evidencia-se que os migrantes têm operado laços sociais com grupos de amigos e familiares, bem como recursos de cuidado captados e organizados desde os terri-

tórios que partem e chegam (GONZÁLVEZ TORRALBO; SPERONI, 2022).

Os migrantes participantes do projeto de extensão, pesquisa e ensino estabeleceram relações de reconhecimento e pertencimento nos grupos de acolhida. Nessa perspectiva, as entrevistas revelam a agencialidade dos migrantes e do projeto na defesa dos direitos humanos por meio da construção de inserção na forma de integração ativa, mesmo que sejam alvo de processos de desumanização, impostos pelas estruturas desiguais marcadas nas étnico-raciais, laborais, linguísticas e de gênero.

Ao avaliar a inserção social dos participantes de um projeto integrado CEDUCA DH comprova-se que as atividades extensão e ensino são intermediárias na retomada de sociabilidades primárias desorganizados pelo deslocamento. Tais laços sociais são significativos na vida das pessoas migrantes internacionais, uma vez que possibilitam a formação de redes sociais nas comunidades de trânsito e chegada. A inserção relacional de migrantes possibilita o afastamento das zonas de desfiliação, a retomada da convivência e a formação de redes de solidariedade (CASTEL, 2010).

Nessa perspectiva, a integração social pelo projeto na comunidade local dá condições ao acesso de direitos básicos e dignidade material, pois o contato com diferentes grupos sociais viabiliza acesso aos serviços de educação, saúde e assistên-

cia social. Além disso, os participantes do projeto de extensão destacam a solidariedade na manutenção da vida diária expressa no lazer, no trabalho, na alimentação, na habitação - com especial apoio das pessoas que migram nesses três últimos aspectos.

Menciona-se que os limites impostos pelo desenho metodológico dessa investigação representam somente uma parcela de participantes do projeto integrado em comparação à população migrante do município; o número de participantes estrangeiros na extensão marca o igualmente o desafio da inserção social. Porém, os achados de pesquisa indicam caminhos à implementação de políticas públicas orientadas pela inserção social.

Para o desenvolvimento de futuras pesquisas, vale a ampliação dos entrevistados no mesmo, bem como a variação dos instrumentos de coletas de dados, que combinam quantitativo e qualitativo, por exemplo. Nesse sentido, a adesão de um grupo ampliado de participantes na pesquisa possibilitaria o detalhamento e fortalecimento da amostra. Além disso, novos dados podem ser produzidos a partir da comparação da população desse território com outras regiões do estado ou mesmo outros municípios do país, além de investigações que representem a inserção social de migrantes em períodos de tempo mais longos.

Em síntese, a atuação do grupo de pesquisa no projeto de extensão e ensino reforça indisso-

ciabilidade do tripé do Ensino Superior. Essa conexão abre possibilidade para analisar e comparar novas entrevistas, estudar histórias de vida e trajetórias sociais dos migrantes, cartografar os vínculos estabelecidos no contexto da mobilidade; bem como, compor séries quantitativas dos participantes ao longo do projeto, entender os perfis de migração a cada ano, comparar os resultados com os indicadores do estado e do município, entre outros. Finalmente, trata-se de lançar foco na qualificação da assistência social para migrantes internacionais, na integração ativa e no fortalecimento de laços sociais de forma local; com impacto na garantia de vida digna para a população migrante na dinâmica global.

REFERÊNCIAS

AMADO, João; FERREIRA, Sônia. A Entrevista na Investigação em Educação. In: AMADO, João. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2014. P. 207 – 232.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTLETT, Lesley; RODRÍGUEZ, Diana; OLIVEIRA, Gabrielle. Migração e educação: perspectivas socioculturais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, dez. 2015, v. 41, n. especial, p. 1153–1171, 2015.

CARDOSO, Márcia Blanco; MELLO, Bárbara Birk de; ROS, Pietra da; MARTINS, Rodrigo Perla. Acolhi-

mento e Aprendizagem: Ações do CEDUCA DH para Estrangeiros. In: IWANCZUK, Luciane (org.). **Interculturalidade e Diversidade em Vivências Extensionistas de Instituições Comunitárias do Sul do Brasil**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2023.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 10, n. 26, jan./dez.1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664>. Acesso em setembro de 2024.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore *et al.* (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EUC, 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2010.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. A dialética do conceito de exclusão/inclusão social. In: **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, p. 75-101.

FABRI, Marcelo. ENTRE HOSPES E HOSTIS: HOSPITALIDADE COMO RESPOSTA AO ESTRANGEIRO. **Thaumazein: Revista Online de Filosofia**, [s. l.], v. 6, n. 12, p. 104–116, 2013.

GARCÍA, Mariana. **Pensando las migraciones desde el Sur: reflexiones, detalles y estrategia sobre la experiencia migratoria reciente en la región de América del Sur**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVEZ, Claudia Gomes. A observação participante. *In*: AVILA, Carlos Federico Domínguez; ARÉVALO, Amaral (org.). **Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social**. Buenos Aires: CLACSO, 2023.

GONZÁLVEZ TORRALBO, Herminia; SPERONI, Thales. A Proteção Social Transnacional: desafios analíticos a partir da perspectiva do cuidado. **Périplos**: Revista de Estudos sobre Migrações, Brasília – DF, v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/41935. Acesso em: 25 jul. 2024.

LUSI, Carmem. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 136-144, maio 2015.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. Por uma pedagogia dos inocentes. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 21-30, nov. 2001.

MARTINS, Rodrigo Perla; MELLO, Bárbara Birk de; CARDOSO, Márcia Blanco. A região metropolitana de Porto Alegre e as migrações contemporâneas. *In*: VIEGAS, Danielle Heberle; CAMPOS, Heleniza Ávila; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (org.). **Região Metropolitana de Porto Alegre (1973-2023) - RMPA 50 anos**: história, território e gestão. São Leopoldo: Oikos, 2023. p. 293–309.

MELLO, Bárbara Birk de. O MUNDO EM NH: MIGRAÇÕES E ACOLHIMENTO. **Anais do Encontro de Pesquisas Históricas** [recurso eletrônico]. BEZERRA, Ana Paula Gomes; et al. (coord.). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em

História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

OBSERVASINOS. **O drama da imigração atualizado no Vale do Sinos**. São Leopoldo: IHU online, 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/populacao/o-drama-da-imigracao-atualizado-no-vale-do-sinos>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PARTICIPANTE E. **Entrevista Território Nômade**. 2018.

PARTICIPANTE JE. **Entrevista Território Nômade**. 2018.

PARTICIPANTE JU. **Entrevista Território Nômade**. 2018.

PARTICIPANTE M. **Entrevista Território Nômade**. 2018.

PARTICIPANTE MA. **Entrevista Território Nômade**. 2018.

PARTICIPANTE N. **Entrevista Território Nômade**. 2018.

RAMIREZ, Andrés; FARIAS, Andressa; FERNANDES, Duval; FELLER, Erika; GODOY, Gabriel; FANTAZZINI, Orlando; RIZZO, Ricardo; MILESI, Rosita; ANDRADE, Willian Cesar de. Refúgio, Migrações e Cidadania. **Caderno de Debates**, Brasília – DF, v. 6, n. 6, 2011. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

RIBERO RUEDA, Laura; SOUZA, Gabriel de; BECKER, Amanda. Deslocamentos na percepção do Outro colonial desde a arte contemporânea. **ouvirOUver**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 160-173, 23 jul. 2020.

SANTOS, Everton Rodrigo. Estado, Políticas Públicas e Democracia no Brasil. *In*: SANFELICE, Gustavo Roese; BASSANI, Patricia Scherer (org.). **Diversidade Cultural e Inclusão Social**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, p. 46-58, 2020.

SCHMIDT, João Pedro **Universidades comunitárias e terceiro setor** [recurso eletrônico]: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas pública. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2018.

SPERONI, Thales. It is not only about access: Transnational Bolivian families in Barcelona and their meanings of social protection. **Revista internacional de estudios migratórios (RIEM)**, Almeria, v. 7, n. 3, p. 74-103, 2018.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; SENGER, Ilise. As migrações no mundo contemporâneo e o paradoxal papel dos direitos humanos: proteção ou abandono? **Nomos**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, v. 37, n. 1, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/2558>. Acesso em: 6 set. 2024.